

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

Danielle Souza Ohara

O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS
UNIDOS - DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003)

Dourados - MS
2013

Danielle Souza Ohara

O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS
UNIDOS - DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003)

Monografia apresentada à Universidade
Federal da Grande Dourados – UFGD,
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Tomaz Espósito Neto

Dourados- MS
2013

Danielle Souza Ohara

O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS,
DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003)

Monografia apresentada à Universidade
Federal da Grande Dourados – UFGD,
como requisito parcial à obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Aprovado em: Dourados, ____ de _____ de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.Ms.Tomaz Espósito Neto

Profª Ms.Katiuscia Moreno Galhera Espósito

Prof. Ms. César Augusto da Silva

Dourados

2013

Aos meus queridos pais, pelas demonstrações de amor desmedidas, sempre desejando o meu sucesso e me apoiando nos meus sonhos mais mirabolantes.

AGRADECIMENTOS

A Deus por todo o cuidado comigo, nesses sete anos longe dos meus pais. Ao Professor Tomaz Espósito, pelas contribuições precisas e orientações atentas. A Professora Tchella Maso por me ajudar com o marco teórico e abrir novos caminhos para minha pesquisa. Ao Professor Mario Sá, pelas suas maravilhosas aulas (difícil piscar) e pelo conhecimento para além das teorias.

A minha avó Lenir, por me apoiar em todos os momentos da minha vida. A minha tia Ana Zilda, por ser tão carinhosa e cuidadosa comigo. As minhas irmãs Mi, Sissa e Jô, por serem exemplos e me ajudar em todas as tarefinhas, ainda em tempos de escola.

Ao meu grande amigo Marcus Teles, por estar ao meu lado desde o primeiro dia de aula. Ao meu amigo Dy Cordeiro por toda a descontração em momentos de tensão e por fazer tudo ficar mais Nova York. Aos meus amigos Sarah, Clarissa, César, Felype, por estarem comigo desde sempre. As minhas amigas Thiala, Jamille e Carol por serem tão companheiras e conselheiras.

A todos da FADIR, amigos, colegas, professores e funcionários, por todo apoio e por tornar essa caminhada inesquecível.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| Capítulo I - O DESTINO MANIFESTO AO LONGO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA. | 16 |
| 1.1 A Criação do Mito, a Independência e o Expansionismo Territorial. | 16 |
| 1.2 A Continuidade do Destino Manifesto na Política Externa Norte-Americana. | 22 |
| Capítulo II - O FIM DA INVIOLABILIDADE E A GUERRA AO TERROR COMO RESPOSTA. | 30 |
| Capítulo III - O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS - DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003). | 38 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 47 |
| ANEXOS | 52 |

O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS, DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003)

RESUMO

A construção da identidade nacional dos Estados Unidos está relacionada a ideia de Destino Manifesto. Esse mito prega que o povo norte-americano foi escolhido por Deus para a construção da terra prometida. Assim, os Estados Unidos, por predestinação divina, seriam a terra da prosperidade, da liberdade e da democracia para o mundo. Curiosamente, essa ideologia se perpetua ao longo da história dos Estados Unidos. O Destino Manifesto também está presente na política externa dos Estados Unidos. Aliás, essa crença justificou a alteração dos rumos da política externa dos Estados Unidos, como o processo expansionista do século XIX ou o engajamento na Primeira Grande Guerra Mundial. Após os ataques de 11 de Setembro, as autoridades norte-americanas reavivaram a ideologia do Destino Manifesto para fundamentar um novo momento da diplomacia da Casa Branca. O objetivo deste trabalho é analisar a forma através do qual o Destino Manifesto foi utilizado nos discursos oficiais dos EUA para justificar a Guerra ao Terror, em especial a invasão ao Iraque em março de 2003. Para tal, optou-se pelo uso do método dedutivo e indutivo. Nesse trabalho, o recorte teórico escolhido foi o construtivismo.

PALAVRAS-CHAVE: Destino Manifesto. Discursos Oficiais. Doutrina Bush. Guerra ao Terror. Política Externa.

MANIFEST DESTINY IN OFFICIAL SPEECHES OF THE UNITED STATES, FROM SEPTEMBER 11 UNTIL IRAQ INVASION (2003)

ABSTRACT

The construction of national identity in the United States is related to the idea of Manifest Destiny. This myth holds that the American people were chosen by God to build the Promised Land. Thus, the United States, by divine predestination, would be a land of prosperity, freedom and democracy to the world. Interestingly, this ideology is perpetuated throughout U.S. history. Manifest Destiny is also present in the foreign policy of the United States. Moreover, this belief justified the change of the direction of U.S. foreign policy, as the expansion process of the nineteenth century or the engagement in the First World War. After the attacks of September 11, the U.S. authorities revived the ideology of Manifest Destiny to justify a new era of diplomacy in the White House. The objective of this work is to analyze the way that Manifest Destiny was used in official speeches of U.S. authorities, to justify the War on Terror, particularly the invasion of Iraq in March of 2003. Therefore, we opted for the use of inductive and deductive method. In this paper, the theoretical framework chosen was constructivism.

KEYWORDS: Manifest Destiny. Official speeches. Bush Doctrine. War on Terror. Foreign Policy.

INTRODUÇÃO

A construção da identidade nacional dos Estados Unidos está relacionada à ideia de Destino Manifesto. Esse mito nasceu com a chegada dos calvinistas¹ e prega que o povo norte-americano foi escolhido por Deus para a construção da nova terra prometida. Assim, os Estados Unidos, por predestinação divina, seria a terra da prosperidade, da liberdade e da democracia para o mundo.

A origem desta doutrina como justificativa do governo para determinado ato, ocorre durante o expansionismo americano no século XIX. Pecequilo afirma que: “[...] foi uma doutrina elaborada internamente como forma de justificar o direito e a necessidade dessa expansão em larga escala, mesmo que, por vezes, tivesse de ser feita de maneira violenta ou unilateral” (2003: 57).

Curiosamente, essa ideologia se permeia na sociedade e na política, e entre outros setores. Na política externa, percebe-se o uso do Destino Manifesto em diversos momentos, principalmente quando se analisa os discursos oficiais, tal como no caso da Doutrina Monroe.

Em 2001 temos a retomada neoconservadora na Casa Branca com a posse do Presidente Bush. Durante esse período, os Falcões² resgatam o nacionalismo e acabam com os excessos liberais. (Pecequilo, 2008: 31).

Muitos grupos não estatais, tal como a Al-Qaeda, sentiram-se atacados com as práticas expansionistas e a retórica messiânica norte-americana. Wallerstein ressalta que “há duas coisas a observar sobre este notável avanço político dos movimentos anti-sistêmicos. Ocorreu no mesmo momento em que o poder dos Estados Unidos no sistema mundo estava no auge [...]” (2004: 115).

Com essas fissuras, um grupo terrorista coordenado pela Al-Qaeda, em 11 de setembro de 2001, atacou o território americano e derrubou um de seus

¹ “O Calvinismo foi a fé sob a qual se desenrolaram as grandes contendas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países mais desenvolvidos – Holanda, Inglaterra e França. [...]Naquele tempo, e em geral ainda hoje, a doutrina da predestinação era considerada seu dogma mais característico.” (WEBER, Max: 2009, 83)

² “Sua posição é clara: os Estados Unidos dispõem de um esmagador poder militar e, embora incontáveis líderes estrangeiros considerem insensato da parte de Washington exibir essa força, esses mesmos líderes estrangeiros não podem fazer nada se os Estados Unidos impuserem sua vontade aos restantes”. (WALLERSTEIN, 2004:31)

principais símbolos, as Torres Gêmeas, com a justificativa que os atos foram uma vingança contra as atitudes imperialistas dos EUA.

Após os ataques de 11 de Setembro, as autoridades norte-americanas reavivaram a ideologia do Destino Manifesto para fundamentar um novo momento da diplomacia da Casa Branca. Rapidamente, os neo-conservadores formulam a Doutrina Bush. Essa radicalização teria que ser transformada em uma política externa válida. Deste modo, os discursos oficiais do Presidente Bush (do 11 de setembro até a Invasão do Iraque em 20 de março de 2003) são construídos por meio da ideologia do Destino Manifesto para legitimar a nova política externa e resgatar o seu papel de “herói do mundo”.

O objetivo deste trabalho é identificar o Destino Manifesto nos Discursos Oficiais do Presidente Bush. Essa pesquisa se deu através da localização de expressões, palavras e frases que apresentassem significantes de Destino Manifesto.

. A hipótese deste trabalho é que o Destino Manifesto nos discursos oficiais foi uma ferramenta utilizada pelo governo com a finalidade de reafirmar a predestinação norte-americana. Resende (2009: 35) afirma que “nesse sentido, a importância dos discursos reside em sua capacidade de produzir significados e de construir representações da realidade nas redes de poder/saber apontadas por Foucault (1980).” A inclusão de significantes de Destino Manifesto nos discursos foi uma tentativa de recompor os sentidos da americanidade, tanto domesticamente quanto internacionalmente.

O uso do Destino Manifesto também conveio para justificar a reação dos EUA aos Ataques do 11 de setembro e as ações da Guerra ao Terror, em especial a invasão ao Iraque em março de 2003. Para tanto, esse trabalho optou pelo uso do método dedutivo e indutivo. As fontes utilizadas são discursos e documentos oficiais, disponíveis nos sites oficiais dos Estados Unidos. Fez-se, ainda, uma revisão de uma bibliografia selecionada.

Marco Teórico

O recorte teórico escolhido para embasar esta pesquisa foi o Construtivismo. Essa lente teórica foi utilizada para entender a importância da contextualização histórica, espacial e temporal deste trabalho. Ou seja, com o

Construtivismo viu-se a necessidade de fazer um estudo da história da política externa norte-americana; identificando fatores, inserção e estabelecimento do Destino Manifesto na sociedade e na política. Além de ser base teórica para todo trabalho, o Construtivismo foi fonte inspiradora para a estrutura deste trabalho.

O livro “Social Theory of International Relations”, o artigo “Anarchy is What States Make of It” de Alexander Wendt e o texto “Constructivism: A User's Manual” de Nicholas Onuf, foram utilizados para entender o construtivismo no geral, observando suas semelhanças e diferenças. Como apoio teórico para entender o construtivismo, fez-se uso diversos comentadores da área de Relações Internacionais, como Jackson e Sorensen (2007), Sarfati (2006) e Julia Camargo (2008).

Em seu artigo *Anarchy is what states make of it*, Wendt (1992), um dos principais expoentes dessa teoria, percebe que os Estados constroem seus interesses de acordo com a sua percepção do outro. Defende que o mundo é fruto de uma construção social, e essa construção é mutável, pois valores, ideias e interesses se modificam ao longo do tempo. Wendt (1999: 135-138) em seu livro *Social Theory of International Politics* assinala que as identidades e interesses são dependentes dos discursos para se espalharem pela sociedade, e que os discursos fazem as ações materiais funcionarem. Em suma, para ele os discursos são elementos utilizados para construir “amigos e inimigos”.

Fierk descreve que os pontos mais importantes do construtivismo são: o contexto histórico, as normas, as regras e a linguagem. Diz que a mensagem principal dessa teoria é que “A realidade é socialmente construída” (Fierk, 2009:179).

Sorensen e Jackson (1999: 351) apontam que os fundadores e principais pensadores da teoria construtivista são Wendt e Onuf, que concordam e divergem em diversos pontos. Segundo Camargo (2008: 22), Wendt é da corrente modernista e Onuf é da corrente modernista linguística. Apesar de focos diferentes, esses dois principais teóricos concordam que a construção do mundo é social, e destacam o importante papel das ideias, normas e pensamentos, para a constituição dos interesses e identidades.

O mundo social é um mundo de consciência humana: de pensamentos e crenças, de idéias e conceitos, de linguagens e discursos, de sinais,

indicações e entendimentos entre seres humanos, especialmente entre grupos de seres humanos, como Estados e nações. O mundo social é um domínio intersubjetivo, isto é: possui significado para as pessoas que organizam e vivem nele (SORENSE, 1999:342).

O segundo ponto que eles convergem é que a construção social está sempre mudando, observando que os interesses mudam ao longo da história e de acordo com a situação. Outro ponto que eles concordam, é sobre a importância co-constituição entre Estado e Identidade, como Estado e Sistema Internacional, ou seja, o do agente e da estrutura. Segundo Camargo:

Fearon e Wendt (2002) explicam que a natureza e o significado de “senhor” e “escravo” somente podem ser entendidos tomado como base a relação estabelecida entre eles. Assim, só é possível existir um escravo se houver um senhor, e o contrário também é verdadeiro: só existe um senhor se houver um escravo. É isso que forma uma relação de co-constituição (CAMARGO, 2008: 22).

A teoria construtivista vem chamar atenção para o fato de que o Estado não é o único elemento de importância para as relações internacionais. Essa teoria dá credibilidade a este trabalho, pois afirma que entender a história é de grande importância para entender as construções futuras, além de citar a linguagem como um importante elemento da construção social. O Construtivismo salienta a importância da linguagem, mas não possui todas as ferramentas para análise de discurso, então, optou-se por agregar uma segunda teoria.

Para alcançar o objetivo deste trabalho fez-se uso da Escola Francesa de Análise de discurso, especificamente pelo pensamento do linguista Michel Pêcheux (1979). Por meio desta teoria foi possível entender como a materialização da linguagem constrói realidades e reafirma identidades. Essa pesquisa apresenta como a linguagem cria significados para a sociedade, assim entendendo como o discurso é importante para legitimar uma determinada política externa.

Camargo (2008) observa especificamente a Análise de Discurso (AD) dentro das Relações Internacionais, e percebe que esta é:

Caracterizada pela falta de consenso entre os autores, acusada de ser relativista e não possuir rigor científico, dividida entre as correntes positivistas e pós-positivistas, a adoção da análise de discurso nas Relações Internacionais ainda é considerada por muitos autores como um método marginalizado e “marginalizador” daqueles que o utilizam (CAMARGO, 2008:90).

Tanto Wendt quanto Onuf situam a linguagem como um elemento fundamental para entender a construção social. Mas o método via construtivismo ainda tem uma fraca metodologia e contradições entre os poucos que se propuseram a estudá-lo. Não se trata de insuficiência teórica do construtivismo, mas há a opção de agregar uma teoria específica da AD. Então foi utilizada a Análise de Discurso Francesa para investigar o Destino Manifesto nos Discursos Oficiais.

A escolha pela Escola Francesa deve-se ao fato de ela ter uma tradição intelectual interdisciplinar, possuindo autores da linguística, da psicologia e da história. Por abranger diversas áreas, a AD pela lente francesa, possui uma “articulação entre a linguística, o marxismo e a psicanálise” (BRANDÃO, 1995: 17). Essa defende a importância da semântica, da história, das transformações sociais e da psicologia.

Dessa forma, a linguagem passa a ser um fenômeno que deve ser estudado não só em relação ao seu sistema interno, enquanto formação linguística a exigir de seus usuários uma competência específica, mas também enquanto formação ideológica, que se manifesta através de uma competência sócio-ideológica (BRANDÃO, 1995:18).

Brandão aponta a importância de uma análise que atrele a linguística com o contexto sócio-cultural, permitindo um maior entendimento sobre a formação ideológica que se manifesta nos significantes dos Discursos. A autora ainda aponta sobre o conceito de ideologia que é “uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica” (BRANDÃO, 1995: 30). Esse pensamento é análogo à Teoria Construtivista, que defende que as ideias mudam de acordo com a situação e tempo, provocando uma mudança direta nos interesses, como já supracitado no Marco Teórico: há uma co-constituição das partes.

Para a análise do Destino Manifesto nos discursos, optou-se pelo autor que possui as melhores ferramentas de investigação focadas na ideologia, e quem melhor trás estas ferramentas para debate: Michel Pêcheux (BRANDÃO, 1995: 32). Ele sistematiza a base da Análise de Discurso na importância da semântica (palavras, frases, sinais e símbolos), como canal para perpetuar uma determinada ideologia. “Os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido” (BRANDÃO, 1995: 32).

Brandão explica que a Análise de Discurso de Pêcheux trata o discurso como “espaço onde emergem as significações” e estas significações são constituídas através da ideologia, assim gerando sentido ao processo discursivo. Orlandi (2003) diz que se entende que AD francesa se utiliza de elementos críticos para entender a “determinação histórica dos processos de significação”.

JUSTIFICATIVA E ESTRUTURA

A pesquisa tem importância para as Relações Internacionais, pois é notável a mudança de cenário no pós-11 de setembro. Com os ataques, o terrorismo foi elevado a uma das preocupações centrais dos Estados. E com a questão de Guantánamo, das invasões no Afeganistão e do Iraque, coloca-se também em pauta a discussão sobre os Direitos Humanos. Dessa forma modificou-se a política externa norte-americana e a política internacional, com a importância dada pelos Estados aos novos temas.

O período escolhido foi a partir do 11 de setembro até a Invasão do Iraque em março de 2003, pois é um marco na História das Relações Internacionais. É nesse momento que foi mostrada a fragilidade da hegemonia norte-americana para o mundo e foi quando surgiu uma nova agenda voltada para as novas problemáticas, já supracitado.

Além da introdução e da conclusão, este trabalho é formado por três capítulos. Oferecida a importância da história pelo construtivismo, optou-se que o primeiro capítulo trouxesse ao debate: a fundação dos Estados Unidos e a construção da identidade norte-americana; os fatores históricos para a entrada do Destino Manifesto na política externa e a continuação da utilização deste em momentos importantes dela, tal como: na Independência, na Doutrina Monroe, no Corolário de Roosevelt e na Doutrina Truman.

O segundo capítulo apresenta, inicialmente, os ataques de 11 de setembro e suas consequências para os Estados Unidos. A partir de então, verifica-se a resposta dos Estados Unidos aos atentados, da formulação da Doutrina Bush à Invasão do Iraque. O construtivismo também exalta a importância de entender o contexto (tempo e espaço) em que os fatos ocorrem, assim entendendo o palco no qual os discursos oficiais se encontram.

No último capítulo, foi realizada a análise de discurso por meio do teórico Pêcheux, pertencente à Escola Francesa. Os discursos oficiais, do 11 de setembro até a Invasão do Iraque em 20 de março de 2003, foram selecionados de acordo com o nível de significantes do Destino Manifesto e o quanto este foi útil para construir o inimigo, legitimar a guerra e resgatar a crença da predestinação.

1. O DESTINO MANIFESTO AO LONGO DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA

Este capítulo traz os antecedentes históricos do Destino Manifesto e foi dividido em duas partes: A primeira parte apresenta a fundação dos Estados Unidos, e como a crença calvinista e puritana foi fundamental para a construção da identidade nacional, para a Criação do Mito e a Independência (1776). É exposto também nesta parte, de que forma essa crença da excepcionalidade e da missão salvadora foi importante para a formulação da ideologia do Destino Manifesto, durante o Expansionismo americano.

A segunda parte deste capítulo traz o Destino Manifesto durante a história da política externa norte-americana, dando ênfase à três importantes momentos: a Doutrina Monroe (1823), o Corolário de Roosevelt (1904) e a Doutrina Truman (1947). Esses momentos foram escolhidos como comprovações históricas, pois é perceptível, o uso do Destino Manifesto pelo governo, como justificativa das ações externas.

1.1 A Criação do Mito, a Independência e o Expansionismo Territorial

Os protestantes ingleses perseguidos pelo Rei Carlos I, atravessaram o oceano a bordo do *Mayflower Ship*³, em busca da “Nova Jerusalém”, um lugar onde conseguissem ser “livres” para praticar suas crenças. Os peregrinos durante a viagem escreveram um tipo de contrato social e estabeleceram um governo na colônia de Plymouth, assim estabelecendo regras para o bom convívio do grupo. Karnal (2009:46) aponta que esse pacto foi um “marco fundador da idéia de liberdade”

IN THE NAME OF GOD, AMEN. We, whose names are underwritten, the Loyal Subjects of our dread Sovereign Lord King *James*, by the Grace of God, of *Great Britain, France, and Ireland*, King, *Defender of the Faith*, &c.

³Mayflower foi o primeiro navio que trouxe os “Peregrinos” para o novo mundo, no total de 102 passageiros, a maioria deles eram protestantes separatistas, que buscavam uma nova terra e liberdade religiosa. A embarcação chegou em 1620 na colônia de Plymouth (HUNT, sp: 2009).

Having undertaken for the Glory of God, and Advancement of the Christian Faith, and the Honour of our King and Country, a Voyage to plant the first Colony in the northern Parts of *Virginia*; Do by these Presents, solemnly and mutually, in the Presence of God and one another, covenant and combine ourselves together into a civil Body Politick, for our better Ordering and Preservation, and Furtherance of the Ends aforesaid: And by Virtue hereof do enact, constitute, and frame, such just and equal Laws, Ordinances, Acts, Constitutions, and Officers, from time to time, as shall be thought most meet and convenient for the general Good of the Colony [...] (ESTADOS UNIDOS, 1620).⁴

Segundo Hunt (2009), os peregrinos somente desembarcaram depois de todos assinarem o primeiro documento da colônia de Plymouth. É perceptível a essência religiosa do Destino Manifesto nos primeiros documentos oficiais, como no supracitado. Também é claro que a construção social, política e econômica teve influências diretas da ética protestante. Essa ética construiu o “One Nation under God”⁵, um pensamento que expressa que a nação norte-americana é predestinada a ser abençoada por Deus.

Os “puritanos” (protestantes calvinistas) tinham em altíssima conta a idéia de que constituíam uma “nova Canaã, um novo “povo de Israel””: um grupo escolhido por Deus para criar uma sociedade de “eleitos”. Em toda a Bíblia procuravam as afirmativas de Deus sobre a maneira como Ele escolhia os seus e as repetiam com frequência.[...] A idéia de povo eleito e especial diante do mundo é uma das marcas mais fortes na constituição cultural dos Estados Unidos (KARNAL, 2009:47).

Os calvinistas trouxeram os ideais conservadores, esses que valorizavam a família, o trabalho e Deus. Além da crença de que esse novo território era presente da divindade, e que estavam predestinados por Deus a prosperar e deviam regular suas vidas de acordo com as escrituras sagradas. Segundo Weber:

O Calvinismo foi a fé sob a qual se desenrolaram as grandes contendas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países mais desenvolvidos –

⁴ THE AVALON PROJECT. Mayflower Compact.

⁵ “Ao se estudar os acontecimentos político-sociais dos Estados Unidos na própria emancipação das ditas “*Treze Colônias*”, base territorial fundante do país, percebemos a importância da coletividade, diversificada, porém agregada pelo discurso unificador de “*One Nation Under God*”¹, que se apropria dos valores que estas sociedades já traziam, tais como a família, o trabalho, o esforço individual (aquilo que Weber coloca 2 como Ética Protestante) e os difundem, legitimando-os como valores-base para a nova Nação que se coloca no cenário mundial. Em suma, uma sociedade de imigrantes que quer se unir em torno do discurso do nacionalismo”. RAMOS & MIRANDA (2007: 2)

Holanda, Inglaterra e França. [...] Naquele tempo, e em geral ainda hoje, a doutrina da predestinação era considerada seu dogma mais característico (2009: 83).

Pecequillo (2003: 37) afirma que os Estados Unidos tiveram uma formação auto-suficiente. Além da vantagem geográfica, contaram com sua essência puritana, que foi a base da construção da sua sociedade, e que influenciou política externa americana desde o começo. Em sua época colonial, já possuía independência comercial, observando que o desconforto com a metrópole surge do não entendimento nas relações comerciais.

Em 1773, com a criação do imposto do chá pela metrópole, houve repúdio e revolta na colônia. De acordo com Karnal (2009:71), o processo de Independência dos EUA ocorreu em meio a muitos conflitos, começando na Europa com a imposição de leis exorbitantes da metrópole sobre a colônia. Em consequência, tem-se a não aceitação dessas leis e a construção da Revolução Americana, sendo o estopim para a Declaração de Independência⁶ em 1776, finalmente separando os Estados Unidos da Inglaterra.

Diferentemente da Europa, marcada pelas contradições e problemas sociais, a América "nascia livre" e deviam-se garantir formas para que assim permanecesse, sem os vícios das monarquias tradicionais, assegurando-se a expansão e o aprofundamento do sonho americano de prosperidade e liberdade (PECEQUILLO, 2003:37).

Esses pontos peculiares foram de grande importância para a consolidação da independência e a construção de uma política externa diferenciada. Pois a idéia de "nascer livre" só reafirmava a crença puritana da predestinação⁷ e possibilitava um ambiente seguro para a construção da nação. O nascer livre possibilitou ações isolacionistas na política externa, pela sua excelente posição

⁶ Este trecho foi retirado da Declaração de Independência dos Estados Unidos, nesse momento a crença já estava infiltrada na política e reafirmada em um discurso tão importante para a nação. "E para sustentação desta Declaração, confiando plenamente na proteção da Divina Providência empenhamos mutuamente as nossas vidas, os nossos bens e a nossa honra sagrada". THE AVALON PROJECT. Declaration of Independence, July 4, 1776.

⁷ "Podemos identificar claramente os traços da influência da doutrina da predestinação nas formas elementares de conduta e atitude para com a vida na época que estamos focalizando, mesmo onde sua autoridade como dogma estava em declínio. Aqui estamos apenas interessados naquela que foi de fato a mais exacerbada forma de confiança exclusiva em Deus". (WEBER, 2009: 88)

geográfica, composta pela proteção dos oceanos e pelo seu extenso território. Isso permitiu à nação isolar-se sem esforço quando necessário e proteger-se dos inimigos em tempos de Guerra.

Os Estados Unidos começaram seu importante papel internacional com a Carta de Virginia, que é um documento antecessor à carta de independência. Ela requeria direitos essenciais e naturais do homem. Também estimulou movimentos revolucionários através do sucesso da independência, acelerando a crise dos sistemas coloniais na América e a crise do Antigo Regime na Europa. O direito de liberdade e igualdade é exposto em seu primeiro parágrafo:

That all men are by nature equally free and independent, and have certain inherent rights, of which, when they enter into a state of society, they cannot, by any compact, deprive or divest their posterity; namely, the enjoyment of life and liberty, with the means of acquiring and possessing property, and pursuing and obtaining happiness and safety (ESTADOS UNIDOS, 1776)⁸.

Segundo Oliveiros (2000), a missão redentora dos Estados Unidos está presente desde a luta pela independência. Os significantes de Destino manifesto foram identificados na Constituição de 1789 e nesta carta ficaram estabelecidos os poderes constitucionais e a condução da Política Externa. Já fica explícita a questão da missão no preâmbulo na Constituição: “We, the people of the United States, in order to form a more perfect Union, establish justice, insure domestic tranquility, provide for the common defense, promote the general welfare, and secure the blessings of liberty to ourselves and our posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America.” (ESTADOS UNIDOS, 1787).⁹

Assim, percebe-se que a essência protestante da nação permeou até a construção da Constituição; essa procurava lançar um novo tipo de Estado, que acreditava que Deus o escolheu para ser o farol do mundo. Os primeiros passos da

⁸ THE AVALON PROJECT. Virginia Declaration of Rights.

⁹ THE AVALON PROJECT. Constituion of United States.

nação criaram bases que até hoje sustentam a política externa, principalmente em seus momentos mais decisivos.

De acordo com Pecequilo (2003:45), a política externa da república tem grande importância para a consolidação da nação norte-americana. Com George Washington, os Estados Unidos tiveram uma política voltada para a defesa do território, sem danos ou interferências. A conservação da unidade nacional era o principal objetivo nessa época e tinha a finalidade de consolidar a nação. Outra ênfase era na diplomacia comercial; evitando relações políticas e militares, como forma de não contaminar o Estado, com as ideias falidas do “velho mundo”, no momento de estruturação.

Crença forte, essa, que deitou sentimentos profundos - ainda que gradativamente secularizados, traduzidos para uma linguagem moderna - na população norte-americana em geral até o presente. Impregnaram-se eles com a firme idéia de serem o *chosen people*, o novo povo escolhido por Deus, convictos de estarem no mundo investidos de uma missão: redimir a humanidade de suas fraquezas e seus pecados. Fator que até hoje serve como substrato psicológico e moral para justificar o intervencionismo militar dos Estados Unidos em escala planetária (SCHILLING *in*: BALBINO, 2010:10).

Mateo (2011:55) assinala que as ideias calvinistas são a essência da identidade norte-americana, e percebemos vestígios desta na política, na economia e na sociedade. A crença do *Chosen People* foi de importância unificadora da sociedade norte-americana, gerando a ideia de coletividade.

Com o alcance dos objetivos para consolidar e proteger o território, os EUA conseguem as bases necessárias para que a nação dê o segundo passo na política externa. Pecequilo (2003:45) descreve que a política externa do século XIX teve como objetivo conquistar e anexar territórios.

O Destino Manifesto surge durante e como justificativa do Expansionismo territorial dos EUA¹⁰, no momento em que foram anexados territórios do Atlântico ao Pacífico. Mesmo que nesse período a política isolacionista tenha sido o pilar da política externa, em contrapeso temos a política expansionista que é vista como uma ação voltada para o externo (PECEQUILO, 2003:55).

¹⁰ Mapa do Expansionismo Territorial americano em Anexo 1.

A crença da predestinação foi pregada pelos puritanos desde a chegada deles à “terra prometida”. No entanto, somente com John O’Sullivan a crença da predestinação é estabelecida em uma expressão: *Manifest Destiny*. Podemos indentificá-la na oração “*our manifest destiny to overspread the continent allotted by Providence for the free development of our yearly multiplying millions*”(1845: sp). A expressão foi divulgada pela primeira vez em 1845 pelo jornal *United States Magazine and Democratic*.¹¹

Através dessa ideologia, os americanos afirmaram o sentimento da predestinação na Política Externa e mostraram ao mundo que ele não só reflete uma luta por territórios, mas que é a confirmação de serem os escolhidos a prosperar. A partir desta publicação, esse termo ganha visibilidade tanto no âmbito doméstico como no internacional.

A ideologia do Destino Manifesto, largamente difundida pelos jornais daqueles tempos, nada mais era senão uma versão secularizada da idéia do Povo Eleito dirigindo-se para a Terra Prometida, tão a gosto dos puritanos que haviam começado a desembarcar na América no século XVII, e que passou a servir como justificativa para que a imensa área que chegava até a costa do Pacífico fosse colonizada por eles (SCHILLING *in*: BALBINO, 2010:26).

Essa Doutrina defendia que Deus estava do lado da nação norte-americana, e que era direito dela expandir-se além de suas fronteiras. Assim, os Estados Unidos justificavam a anexação da Louisiana, da Flórida, do Alasca, do Texas e da Califórnia, do Oregon e de terras indígenas ao oeste, com o argumento que tinham o dever de levar a liberdade e a democracia a esses lugares. O sucesso da expansão territorial só reafirma a credibilidade da ideologia do Destino Manifesto, e aponta que o ganho da terra foi uma “benção divina”.

A Doutrina ganhou proporções maiores, além de fazer parte da identidade do povo americano. E permeava as demais estruturas do Estado. Percebe-se,

¹¹ John O’ Sullivan fundou e era editor do jornal “ United States Magazine and democratic”, no texto publicado em 1845 com o título “Annexation”, ele cunhou o termo Destino Manifesto, ao defender a anexação do Texas. In: http://www.historytools.org/sources/manifest_destiny.pdf (Acessado em 15 de março de 2013).

durante a história, que o Destino Manifesto torna-se parte da nação, ele foi destacado em uma nova doutrina, em um discurso para acalantar o nacionalismo e reafirmar sua missão salvadora. Ramos e Miranda apontam que:

Pode-se notar facilmente a presença marcante da crença em Deus e dos valores cristãos na mentalidade estadunidense, tanto a civil como a militar. Contudo, nos focamos nesta civil. Este “espírito” religioso permeia, portanto, as relações políticas e sociais externa e principalmente internamente e como os próprios estadunidenses colocam, seja nos filmes que mostram alguma cena de uma oração de *Thanksgiving* ou até mesmo nos filmes em que este sentimento patriótico não é mostrado explicitamente: “sob estes pilares é que este GRANDE país foi construído” (2007: 2).

A influência protestante determina uma sociedade crente na benção da unificação, expressa na cultura, nas ações políticas e na economia com a ideia de que quanto mais os americanos trabalhassem mais Deus abençoaria a nação. Percebendo isso e observando o poder da religião civil gerada pela vinda dos protestantes à América na formação da ideologia identitária, muitos Presidentes, ao longo da política externa, utilizaram desses valores em seus discursos para reafirmar o papel da sociedade americana no mundo e legitimar as suas intervenções pacíficas ou bélicas.

1.2 A Continuidade do Destino Manifesto na Política Externa Norte-Americana

Compreende-se que há uma continuidade das ideias do Destino Manifesto na política externa norte-americana. Nesta parte serão mostrados os momentos de inflexão na política externa norte-americana, verificados no uso do Destino Manifesto. Os momentos selecionados foram: A Doutrina Monroe, o Corolário de Roosevelt e a Doutrina Truman, as quais serão analisadas de forma simplificada.

A ideologia do Destino Manifesto fez-se presente na Doutrina Monroe a partir do momento em que o governo norte-americano reafirmou a sua posição contra o colonialismo europeu, exigindo que não fossem criadas novas colônias e que não houvesse interferência nos assuntos internos de cada país do continente. Percebe-se a presença da predestinação nessa doutrina, quando os EUA se posicionaram como “farol da América”. Essa atitude era de natureza moral, pois os

EUA ainda não tinham grande capacidade econômica e militar. Mesmo assim, essas novas ideias desestimularam as metrópoles e a própria Inglaterra a uma tentativa de recolonização. Os valores do Destino Manifesto ganharam destaque dentro do discurso do Presidente James Monroe ao congresso em 1823. A partir do pronunciamento abaixo, fica estabelecida a Doutrina Monroe:

The occasion has been judged proper for asserting as a principle in which the rights and interests of the United States are involved, that the American continents, by the free and independent condition which they have assumed and maintain, are henceforth not to be considered as subjects for future colonization by any European powers¹² (ESTADOS UNIDOS, 1823).

Pecequillo (2003:71) ressalta que “a Doutrina Monroe tinha um conteúdo quase que essencialmente político, faltando-lhe uma dimensão real e prática”. Mesmo com essa característica descrita pela autora, o documento supracitado teve uma grande valia para o papel dos EUA enquanto “farol da América”; mostrando a sua predestinação ao assumir o dever de cuidar do continente americano, contra os países europeus.

Essa política somente ganhou cunho militar com a Guerra Hispano-Americana em 1898. Essa guerra é vista como um produto do não cumprimento do que era exigido pela Doutrina Monroe, que todos os territórios fossem independentes na América. A Espanha recusando a independência de Cuba, ganhou um inimigo. Assim essa problemática criou uma guerra entre os EUA e a Espanha. Os EUA conseguiram acabar com a influência espanhola sobre Cuba, deixando a ilha livre do país colonizador.

Em 1903, o Presidente Theodore Roosevelt foi o criador do Corolário de Roosevelt. Somente neste momento, a política de proteger as Américas, obteve mecanismos de intervenção em território latino-americano, caso houvesse ameaça externa.

Além das intervenções políticas, os Estados Unidos também atuaram no campo econômico, controlando alfândega e os fluxos comerciais e financeiros de alguns países com a chamada diplomacia do dólar (de acordo com McDougall, nesse período, os Estados Unidos eram a polícia e o coletor de impostos regional). Na realidade, a “prosperidade” que

¹² *THE AVALON PROJECT*. Monroe Doctrine.

prometiam trazer ao demais países da região nada mais era do que uma forma de realizar os próprios objetivos de expandir mercados e influência, garantindo suas oportunidades comerciais e estratégicas (PECEQUILO, 2003: 89).

Mesmo que a política do Big Stick tivesse apenas alcance regional, Roosevelt ostentou que os Estados Unidos já tinham o maior poder do mundo e, nesse momento, os interesses iam além de proteger os países americanos. O verdadeiro sentido dessa política externa era conquistar espaços estratégicos e preservar seu interesse econômico, tal como o Canal do Panamá, evitando assim o expansionismo europeu no seu hemisfério.

Kissinger assinala que se enxergando como um país excepcional, logo a sua função no mundo mudaria. A função que tanto Roosevelt almejava só foi alcançada por outro presidente. Woodrow Wilson acreditava na crença da predestinação americana; o autor ainda aponta que ele foi o presidente que mais compreendia o sistema internacional.

Wilson compreendeu que isolacionismo instintivo da América só podia ser ultrapassado pelo apelo à crença na natureza excepcionalista dos seus ideais. Passo a passo, levou um país isolacionista à guerra, depois de primeiro ter mostrado a devoção da sua administração à paz pela apaixonada defesa de neutralidade. (Kissinger, 1994:34)

Entrando na I Guerra Mundial, os EUA mostraram que já eram uma nação estabilizada e com grande capacidade militar. A importância maior de entrar em guerra era de divulgar o Estado em que se haviam tornado e buscar um equilíbrio de poder no sistema.

[...] um dos fatores centrais que realmente levaram os Estados Unidos à guerra foi o risco à estabilidade do sistema internacional, representado pela Alemanha, e as conseqüentes alterações que se processariam no equilíbrio de poder. Com isso, a intervenção norte-americana na Primeira Guerra Mundial não foi precipitada somente por motivações e aspirações ideológicas, mas por puros interesses de poder [...] (PECEQUILO, 2003:91).

Pecequilo (2003, 99p) relata sobre o pós- I guerra. A autora relata que o Presidente Woodrow Wilson participou da criação da liga das nações e elaborou os famosos 14 pontos. Mesmo que de forma fracassada, esses pontos tiveram a capacidade de levar o modelo norte-americano para o mundo. Ainda observa que

esse documento é de grande importância para os EUA se projetarem no sistema internacional. Na introdução do documento é expresso o dever norte-americano.

We entered this war because violations of right had occurred which touched us to the quick and made the life of our own people impossible unless they were corrected and the world secure once for all against their recurrence. What we demand in this war, therefore, is nothing peculiar to ourselves. It is that the world be made fit and safe to live in; and particularly that it be made safe for every peace-loving nation which, like our own, wishes to live its own life, determine its own institutions, be assured of justice and fair dealing by the other peoples of the world as against force and selfish aggression. All the peoples of the world are in effect partners in this interest, and for our own part we see very clearly that unless justice be done to others it will not be done to us. The programme of the world's peace, therefore, is our programme; and that programme, the only possible programme, as we see it, is this (ESTADOS UNIDOS, 1918)¹³

Os 14 pontos prezaram pela paz, pela segurança coletiva e pela autodeterminação dos países. O importante foi que o idealismo de Wilson foi mais uma vez uma forma de reafirmar o papel dos Estados Unidos no mundo como os “guardiões do mundo”. A partir desse momento, conforme Pecequillo (2003: 291) afirma, os EUA “tanto influencia como é influenciado pelos fenômenos do sistema”.

Como um problema interno: a quebra da bolsa em 1929, essa crise foi um momento que os EUA entraram novamente em um estado de isolacionismo político, dando única importância aos interesses econômicos. Somente na II guerra Mundial, com o Ataque a Pearl Harbour, foi necessário engajar-se novamente no sistema internacional. Assim, constituiu-se uma justificativa para entrar no conflito com aprovação da opinião pública.

No pós-II guerra, o cenário internacional havia sofrido mudanças: Surgiu uma nova potência, os Estados Unidos da América, com poder na área militar, econômica e política. Sua ascensão foi facilitada pelo momento em que a Europa estava falida e tentando-se reestruturar, até mesmo os países aliados, tais como Inglaterra e União soviética. A primeira, perdendo sua colocação de maior potência mundial, enquanto a segunda encontrava-se destruída.

¹³ THE AVALON PROJECT. President Woodrow Wilson's Fourteen Points.

Nesse momento os EUA tinham a percepção de que não só possuíam ação no seu hemisfério. E que a sua importância é elevada a nível mundial, pela sua capacidade de poder e pelos seus interesses como hegemonia. Nesse mesmo tempo exerceu o poder político criando a ONU e propondo um mundo mais pacífico e cooperativo. Ao liderar uma instituição e declaração tão respeitável, os EUA mais uma vez demonstraram ao mundo o seu especial papel no mundo.

Ainda no final da II Guerra, os Estados Unidos encabeçaram a comissão da ONU que redigira a Declaração Universal dos Direitos Humanos, dedicando seu artigo 18 especificamente à liberdade religiosa. Diplomatas e juristas americanos estiveram à frente de outros movimentos que consolidaram a liberdade de crença no direito internacional, como o Acordo Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos (1966) e a Declaração sobre a Eliminação da Intolerância e discriminação baseada na crença e religião (1981) (MATEO, 2011:112).

A política externa norte-americana contemporânea face à Guerra Fria (1945-1991), não se acomodou, e lançou mais uma doutrina com essência de “missão salvadora”. A Doutrina Truman designou um conjunto de ações americanas, que tinham o objetivo de conter a expansão do comunismo da URSS, com a mesma ideia de salvar o mundo do inimigo, pois somente levando o modelo social, econômico e político, os EUA estariam cumprindo o seu dever.

A URSS tinha expandido muito nos anos 70, porém estabilizou-se. Nos anos 80 chegavam com sua economia fraca devido aos gastos bélicos, além da erosão da sua política doméstica. Os EUA percebendo esse espaço e a oportunidade de vencer o inimigo, rapidamente aumentaram os investimentos militares e lançaram uma nova estratégia; e ela foi a chave para vencer a guerra.

No final da Guerra-Fria, pode-se dizer que há um renascimento do Destino Manifesto na política externa norte-americana, com o presidente Reagan há uma recuperação do poder, fé e destino da nação. Pecequillo aponta que “Reagan foi o homem que recuperou a confiança da América e preparou o terreno para o fim da Guerra Fria”(PECEQUILO, 2005: 204).

Com a Queda do Muro e o fim da URSS, os Estados Unidos se estabelecem como única superpotência mundial. O país finalmente tinha atingido a sua predestinação, se colocando como exemplo de nação democrática e estruturada para o mundo. Segundo Pecequillo, esse momento é um processo de transição no Sistema Internacional, se destacando por ser um momento de continuidade e

mudança. Continuidade pela manutenção da democracia e modelo liberal, e mudança pela reorganização das relações dos Estados.

O bloco vencedor é o capitalista e o ocidente percebe os EUA como os únicos capazes de organizar o sistema e levar democracia e liberdade¹⁴ em lugares que necessitam. Os norte-americanos venceram a Guerra Fria, e mais uma vez se enxergam como *the chosen people*, pois acreditam na predestinação e a confirmam ao olhar para sua trajetória de sucesso.

A idéia do “destino manifesto”, a guerra para libertação de Cuba, Porto Rico e Filipinas; os 14 pontos de Wilson; o isolacionismo do período entre-guerras; a guerra contra o nazismo e o fascismo; a luta contra o comunismo internacional, representam uma prova desta continuidade histórica que, basicamente, envolve uma guerra permanente entre o império do bem e o império do mal à luz do interesse nacional dos EUA. A convicção na superioridade moral da América tem sido a inspiração da política externa dos Estados Unidos e o elemento que lhe dá coerência (VIDIGAL, 2007:2).

Nesse momento, os valores norte-americanos não estão mais somente dentro da nação. Esses valores saem do doméstico, se espalham pelo mundo, e se estabelecem por meio do cinema, da música, das empresas, da comida, dentre outros produtos que ajudam a levar a cultura e valores americanos para fora. Isso se deve a investida no *soft power*¹⁵ desde a década de 40.

Para reafirmar o seu compromisso com o hemisfério, os Estados Unidos lançaram o Consenso de Washington, que foi um receituário de liberalização econômica que influenciou os Estados latino-americanos a intervir menos na economia. Adotasse o livre comércio e receitasse que os Estados deveriam buscar serem mais democráticos, mais uma vez os EUA demonstram que é um

¹⁴ “No tocante à democracia, é possível considerá-la, em uma dimensão predominante formal, que inclui a ideia de governo da maioria e de respeito aos direitos individuais, frequentemente referidos como liberdades públicas – como as liberdades de expressão, de associação e de locomoção – realizáveis mediante abstenção ou cumprimento de deveres negativos pelo Estado.” (BARROSO: 2010).

¹⁵ É um poder usado pelos EUA para influenciar de maneira branda através da cultura e das ideias, em contradição ao Hard Power que se trata da outra face da política externa norte-americana, em se tratar do poderio bélico e estratégico. (Estados Unidos: Presente e desafios, 2010: 83)

“bom exemplo” a ser seguido, donde fica implícito que desejavam o controle ideológico, político e econômico da América Latina. (Pecequilo, 2003, 339p.)

No início dos anos 90, o Presidente Bush (pai), além de não conseguir reformular a política doméstica, também não estabeleceu uma política externa bem definida. A sua maior proposta foi a “New World Order”¹⁶.

Em primeiro momento Clinton se dedicou menos as questões de política externa, assim os falcões entendiam que os EUA diminuíram a sua influência, dava-se mais atenção às questões econômicas. Com a recuperação econômica, os Estados Unidos traçaram uma nova estratégia, chamada de: Engajamento e expansão.

Basicamente, a estratégia de engajamento e expansão colocava como prioridade a promoção da democracia e do livre mercado em escala global, pressupondo um papel de liderança abrangente para os Estados Unidos. Nesse sentido, os Estados Unidos ignoravam os limites da hegemonia, as tendências de transformação do sistema e colocavam um objetivo moral para sua ação internacional, que não hierarquizava temas ou relacionamentos (PECEQUILO, 2003: 271).

Havia muitas críticas em relação a essa nova estratégia, além da insuficiência de programar a nova política externa. Somente em meados de 1997, a situação começa a ficar mais definida. Em 1999 os EUA estão menos desorganizados domesticamente e possuem um poder de liderança digno de uma superpotência. Bush filho pegará um país mais estável e consolidado, segundo Clinton os EUA a partir do seu mandato é a “nação indispensável” ao mundo.

É visível que durante o século XX há um contínuo uso do Destino Manifesto por parte dos Estados Unidos, confirmando a crenças de que os norte-americanos tinham a predestinação de “salvar o mundo”. Durante a História, percebe-se que os

¹⁶ “Assim, a América continuava perseguindo, mesmo com todas as críticas e constrangimentos, uma estratégia que era comum ao passado que priorizava o ativismo para a construção da ordem. Menos do que uma “nova ordem”, Bush estava agindo no sentido de preservar e expandir o sistema americano, tendo como principal objetivo a disseminação do regime político e econômico democrático e capitalista”. (PECEQUILO, 2003: 305)

Estados Unidos continuamente fizeram uso da liberdade, democracia, fé, destino e missão em seus discursos, para justificar guerras, ações internas e novas doutrinas.

2. O FIM DA INVIOLABILIDADE E A GUERRA AO TERROR COMO RESPOSTA

Esse capítulo tem o intuito de contextualizar, tanto no espaço quanto no tempo, os discursos oficiais do Presidente Bush. A teoria construtivista é o apoio encontrado para realizar esta parte da pesquisa, como já dito na introdução.

O primeiro passo deste capítulo é observar a retomada dos Falcões à Casa Branca, o antiamericanismo e os ataques terroristas, e analisar como o fim da inviolabilidade gerou uma crise na sociedade americana e elevou a segurança internacional ao topo de preocupação dos EUA e dos demais países.

Em um segundo momento é analisada a resposta americana através da Doutrina Bush, gerando ações militares (Guerra ao Terror) em resposta aos ataques do 11 de setembro.

Bush se torna presidente dos Estados Unidos em 2001, vencedor no colégio eleitoral. Mesmo com a baixa popularidade, Bush vence Al Gore (do partido democrata), esse que venceu nos votos populares. O republicano foi governador do Texas, mas era visto pela mídia e pela oposição como um candidato inexperiente. A Era Bush é o começo do neoconservadorismo na casa branca, que é um momento de fortalecimento militar e resgate dos princípios morais, com os tais excessos liberais do governo anterior.

Percebe-se nesse mandato uma descontinuidade da política externa norte-americana, retornando a agenda para o modelo conservador de Reagan. O primeiro mandato de Bush resumiu em: Insatisfação popular, afastamento dos parceiros, recusa ao Tratado de Quioto, e aumento do antiamericanismo com suas ações expansionistas e seus discursos inflamados, pautados na ideologia do Destino Manifesto.

Cada vez mais distante de seus parceiros, mas próximo de seus antigos inimigos, e criando novos, a presidência Bush perseguia um curso de isolamento, revelando a verdadeira face de dominação de sua hegemonia, única e incontestável. Porém, como se descobriria de uma forma inédita em setembro deste mesmo ano de 2001, não mais tão invencível ou invulnerável (PECEQUILO, 2003: 372).

Os Estados Unidos contavam com várias instituições de inteligência, bases militares, além de seu território estratégico protegido pelos mares. É por causa

destes privilégios que os norte-americanos acreditavam que a nação era abençoada, como também acreditavam no mito da inviolabilidade. Mesmo com esses benefícios, os Estados Unidos não foram capazes de evitar os eventos do 11 de setembro.

O dia 11 de setembro de 2001 dificilmente será esquecido, seja por especialistas em política internacional [...] Nesse dia, quatro aviões de passageiros sequestrados dentro dos Estados Unidos, de companhias locais, American Airlines e United Airlines, e comandados por terroristas, atingiram símbolos tradicionais do poderio econômico e militar norte-americano, causando milhares de mortes. Em Nova Iorque, dois ataques de boeings provocaram a explosão e o desabamento das torres gêmeas do World Trade Center e, na capital Washington DC, o Pentágono foi atacado [...] O quarto avião caiu em uma floresta em Pittsburgh, aparentemente sem ter atingido seu objetivo, que seria Camp David (PECEQUILO, 2003: 372).

A Al-Quaeda, um grupo terrorista e com pouco recurso financeiro e militar, conseguiu de maneira eficaz sequestrar os aviões, atingindo as torres gêmeas e o pentágono. Aponta Wallerstein (2004:11), que este momento foi “dramático e chocante” para história americana. Segundo esse autor foi um acontecimento que acabou com o sonho americano, e mostrou o quão falha era a administração Bush e o problema do sentimento antiamericano, além de desmascarar as deficiências da economia americana.

Erica Resende aponta que mesmo com diversos danos que o 11 de setembro tenham causado aos Estados Unidos, entende-se que a crise tinha um valor maior na significação do que nas consequências materiais. O povo americano necessitava de respostas, o mundo também não entendia como a superpotência sofreu esses ataques, e de que forma iria tudo voltar ao normal.

A dificuldade em dar sentido à realidade e a si próprio, a partir de uma crise como a do Onze de Setembro, revela-se muito mais profunda do que uma mera dificuldade de compreender atos até então impensáveis e imprevisíveis. A proliferação quase que imediata de perguntas do tipo: “O que aconteceu?”, “Por que fizemos isso?” e – talvez, a mais sintomática de todas – “Por que nos odeiam tanto?” sinalizava algo mais relevante e profundo acerca daquele momento: um trauma (RESENDE, 2010: 165).

Assim o desafio para Bush e seus assessores, não era só de achar os culpados e puni-los, mas também de resgatar a americanidade e amenizar o trauma. A maneira mais eficiente de fazer isso foi através dos Discursos Oficiais, oferecendo uma resposta à nação e ao mundo. Acredita-se que por meio da crença de ser a nação predestinada e salvar o mundo do mal, expressada de forma nacionalista nos

discursos, conseguiram que suas ações fossem aprovadas e que diminuísse a sensação de falta de segurança nacional e internacional.

Deve-se entender também a importância deste fato para o mundo e as mudanças significativas no cenário internacional. O status de superpotência já não garantia a competência de conseguir resultados em todas as áreas, mesmo com os maiores gastos militares do mundo, não foram suficientes para evitar os ataques terroristas.

Esse problema não só afetava o Estado americano, mas como também preocupava os outros, a questão de segurança internacional era a principal discussão no pós-11 de setembro. Pecequillo diz que “Os acontecimentos deste setembro derrubaram uma das nossas poucas certezas sobre a segurança global¹⁷ e provaram que a única superpotência restante é tão vulnerável quanto qualquer outro país”.

Segundo Patriota, os ataques colocaram o terrorismo como principal preocupação entre os Estados, pelo ponto de “ameaça difusa” e “inimigos não definidos”. Diferente das Guerras Mundiais ou Guerra Fria, o sistema internacional se reconfigurava, no formato de: Novos atores, novas problemáticas, assim como novos tipos de guerra. O autor ainda afirma que o mundo estava cada vez mais “movediço” do que no pós - guerra fria (2008: 21).

De acordo com Pecequillo, o governo Bush, que entrou com baixa popularidade, após o 11 de setembro, alcançou apoio de 80% da população e Wallerstein diz que o “O 11 de setembro foi bom para a agenda – preexistente – da administração Bush [...] e que eles aproveitaram a situação para prosseguir a agenda que já estava em suas mentes e seus corações antes do 11 de setembro” (2003:376).

Hernandez e Rosa concluíram que “Diante da “nebulosidade” do inimigo, a guerra contra o terrorismo de Bush favoreceu regimes militares autocráticos, uma

¹⁷ Messari em seu texto “Existe um novo cenário de segurança internacional” explana que “O objetivo da redefinição e ampliação da agenda de segurança internacional tal como definida acima é adequar instrumentos distintos a ameaças distintas”. Conclui que após o 11 de setembro a questão de segurança internacional foi redefinida e colocada novamente como uma questão de Hard Security. (Messari, 2010)

vez que eles não necessitavam responder a seus cidadãos, mas apenas às demandas dos EUA (2011: 104).

As primeiras atitudes do governo para diminuir a sensação de insegurança foram: declarar guerra ao terror, identificar os responsáveis e criar uma aliança nacional. Essas ações foram aprovadas pelo Congresso, dentre outras como: Aumentar o poder das unidades federais, diminuir a privacidade (como escutas em telefones, monitoramento das contas bancárias, computadores e correios), foram sistematizadas no Ato Patriota, válido até hoje.

Esse ato gerou muitas críticas, pois feria os direitos e liberdades civis, anteriormente tão defendidos pelo Estado norte-americano. Apesar disto, o governo estadunidense contou com ajuda de sua população, resultando em uma maré nacionalista.

A CIA e o FBI intensificaram a procura dos responsáveis, o principal acusado foi Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda, pois antes já havia anunciado guerra ao ocidente, especificamente aos Estados Unidos. Assim os Falcões “sentiram-se fortalecidos para lançar a premissa do Eixo do Mal em janeiro de 2002 [...] preparando terreno para a Doutrina Bush”. (PECEQUILLO, 2008:38)

O presidente George W. Bush, contudo, reagiu de forma brutal, não lhe faltando, no primeiro momento, a alusão a uma "cruzada" contra o terror. O termo foi abandonado, mas o etnocentrismo antiislâmico, de há tanto cultivado, logo manifestou-se interna e externamente. Contido a tempo, permitiu a coalizão - de que participaram países islâmicos - que efetuou missão punitiva no Afeganistão: a derrubada do governo dos talibãs (também antigos aliados) e a "caçada" a Bin Laden e a Al Qaeda, que prossegue (GUIMARÃES, 2002:63).

A Invasão do Afeganistão, conhecida também como Operação Liberdade Duradoura, ocorreu com os motivos: encontrar Osama Bin Landen e integrantes da Al-Qaeda e destruir o governo do Talibã, que era visto por dar suporte a grupos terroristas. Com apoio do povo americano e da comunidade internacional, a operação conseguiu alcançar seus objetivos, não encontrando Bin Landen nesse momento, que só foi encontrado e morto em 2012.

A guerra contra o eixo do mal (Iraque, Irã e Coréia do Norte) foi declarada no discurso de Bush no State of the Union, com a necessidade de identificar as ameaças à segurança nacional e internacional. Estes foram acusados de possuir ADMs (armas de destruição em massa), de serem Estados autoritários e darem

apoio ao terrorismo internacional. Como a continuação da luta contra o terrorismo, em setembro é lançada a Doutrina Bush, que expôs que os Estados Unidos responderiam imediatamente as ameaças através da prevenção e preempção. Essa doutrina é a nova estratégia de segurança nacional (NSS).

O mundo na NSS é bastante simplista, dividido entre amigos e inimigos, opondo a liberdade ao medo, em um projeto abrangente de reestruturação hegemônica e transformação do status quo. O modelo nacional norte-americano é descrito como um sucesso que, dada sua importância e centralidade, é objeto de ataque dos que não desejam ver o progresso da democracia (PECEQUILLO, 2003: 396).

Essa doutrina reunia as estratégias que os Estados Unidos usariam contra os países ou grupos que ameaçavam a paz no mundo. O governo saiu do Afeganistão com ótimos resultados e animados em continuar a segurança nacional preventiva, ou seja, a Guerra ao Terror continuava.

[...] o governo norte-americano sinalizou que, depois da Guerra do Afeganistão e com base nas recomendações da doutrina preventiva, continuaria agindo de forma decisiva para proteger a América. Segundo Daalder e Lindsay essa postura representou o início da Fase II da guerra contra o terror, que começara com as operações no Afeganistão em 2001 (PECEQUILLO, 2003: 402).

Essa segunda fase é a Guerra do Iraque. Apesar da falta de apoio internacional e até mesmo do Departamento de Estado; o Departamento de Defesa acreditava em uma invasão fácil. Mas em 2002, Bush procurou caminhos para legitimar sua ação no Iraque, conseguindo apoio doméstico, mas pouco apoio internacional. Em seu discurso antes da invasão, Bush usou da justificativa que o Iraque teria ADMs, mesmo não conseguindo comprovar isto, além de não possuir apoio do Conselho de Segurança da ONU, Bush dá aval a invasão em março de 2003.

[...] defendia-se que o Iraque possuía um grande arsenal de ADMs, não se submetendo às inspeções da ONU. Diante da resistência de Hussein, no poder há várias décadas, a intervenção militar surgia como única alternativa viável para efetivar a mudança de regime, colocando um ponto final na ameaça representada por este Estado Bandido. (PECEQUILLO, 2003: 405)

A tática utilizada foi a “Choque e Terror”, esta foi formulada pelo Departamento de Defesa, que baseava-se na intervenção direta ao Iraque pelas Forças Armadas por todos os meios (aéreo, térreo e marítimo). Logo Bush já

comemorava os primeiros ataques e anunciava em seus discursos para a sociedade americana e para o mundo o sucesso na guerra e com grande animo ainda antecipou sua candidatura para as próximas eleições. Mas não contava com as forças internas no Iraque, devido a concorrência pelos espaços na política, entre Xiitas, Sunitas e Curdos. Ademais a força de ocupação se enfraquecia e não contava com grande apoio internacional, ou reforços, mas somente contando com a aliada Grã-Bretanha.

Para tentar mudar essa situação, Bush troca o administrador das operações militares no Iraque; escolhendo Paul Bremer para iniciar a transição pacífica e diminuir a percepção da ocupação, mas não obteve resultados sobre as forças internas, é importante lembrar que o número de mortos somente aumentou, tanto pelo combate frontal contra a oposição e pelos suicídios.

Assim, diminuindo o apoio da opinião pública e o fracasso comparado ao do Vietnã. Com essas debilidades e a necessidade de vencer para mostrar ao mundo que continuava sendo o país “libertador” dos povos oprimidos, rapidamente mandaram mais militares para o Iraque. Retomaram o multilateralismo ao pedir ajuda a França, Alemanha e Rússia e o apoio da ONU (na questão financeira, militar e principalmente política). Dos aliados não obteve ajuda significativa, mas da ONU os EUA conseguiram a Resolução 1483. – reformular

[...] que previa o fim das sanções ao Iraque e a garantia aos Estados Unidos e Grã-Bretanha (e aos demais membros da coalizão) a responsabilidade pela administração do processo de reconstrução física e política do Iraque até o fim da transição, legando-lhes autoridade completa para a exploração do petróleo; e a instituição enviou uma missão política (sem qualquer efetivo militar) comandada por Sérgio Vieira de Mello (PECEQUILO, 2003: 413).

Começava a missão da ONU em Bagdá, como apoio a transição política do país e na reconstrução, essa resolução trouxe aos Estados Unidos uma certa “legalidade” ao processo, mas a ONU deixava claro que era contra a intervenção e que estaria apenas buscando o equilíbrio da ocupação, oferecendo suporte na organização política do país, na escolha de um novo governante. Mesmo assim não foi bem vista pelas forças internas, ocorrendo ataque à missão da ONU e o falecimento do diplomata Sérgio Vieira. Portanto mais um fracasso na operação, além de não achar as ADMs que eram a causa pelo qual os EUA teria invadido o

Iraque. Mas a ocupação continuava, pois Bush apontava que só assim haveria estabilidade no Oriente Médio, e que um governo agressor ofereceria riscos a paz no mundo.

Em dezembro de 2003, Saddam é capturado; os EUA acreditavam que quando isso ocorresse, a questão das forças internas iriam se acalmar e assim abriria caminho para uma transição política, mas novamente não aconteceu o esperado, somente aumentando os conflitos. A falta de controle da situação e a descrença em Bush, fez com que os falcões rapidamente laçassem um novo plano, esse teria que apressar a transição política. A ocupação estabelece um Conselho de Governo Iraquiano, com finalidade de estabelecer um quanto antes um “Novo Iraque”. Mesmo com tantos esforços, não houve tantos ganhos, além de cada vez mais intensificar os atentados internamente e nos outros países aliados. Rubens Ricupero afirma que:

[...] sem prova da existência de armas de destruição maciça ou de colusão com a rede terrorista, sem argumento nenhum para justificar o sacrifício de vidas inocentes em nome de um inaceitável e perigoso direito de ataque preventivo. A repulsa a uma guerra gratuita e desnecessária mexeu com as emoções das multidões e as manifestações de centenas de milhares de pessoas trocaram o alvo da globalização, substituindo-o pela luta pacifista. Os Estados Unidos venceram mas não convenceram (RICUPERO, 2003: 15).

Outro fato, que vale ressalva é que os EUA tiveram problemas com relação aos Direitos Humanos. Pecequilo (2003:425) aponta que os direitos humanos dos detentos não estavam sendo respeitados. Houve diversas denúncias de ONGS, e essas instituições observavam que o os EUA não estavam cumprindo a Convenção de Viena. Esta não permitia tortura e humilhações aos prisioneiros; mas havia uma grande polêmica nessa problemática, na qual alguns argumentavam que esses não eram prisioneiros de guerra e sim “combatentes inimigo” (terroristas).

Pecequilo (2003:426) concluiu que a investida dos Estados Unidos, apesar de vencer foi um fracasso, não conseguindo a instabilidade da área, somente retirando suas tropas em 2011, as crises econômicas mais os imensos gastos militares só desmascararam a verdadeira situação da grande potência.

O uso do unilateralismo e da visão tradicionalista no governo Bush levaram os Estados Unidos a desfazer dos agentes transnacionais, propiciando os ataques do 11 de setembro e a péssima ocupação no Iraque. O uso dos discursos somente

ajudou na legitimidade das ações mas não conseguiu esconder os resultados da Guerra ao Terror.

3. O DESTINO MANIFESTO NOS DISCURSOS OFICIAIS DOS ESTADOS UNIDOS - DO 11 DE SETEMBRO À INVASÃO DO IRAQUE (2003)

Nesse último capítulo, é apresentado o desenvolvimento do objeto da pesquisa. Na primeira etapa são observadas duas teorias que identificam os Discursos, como forma de construir uma realidade através de significações. Optou-se, pela abordagem da Teoria Construtivista e da Análise de Discurso Francesa. Os estudos foram focados sobre a importância da linguagem e o papel da AD em identificar significantes de ideologia (Destino Manifesto). Finalmente, na segunda etapa foi realizada a AD nos Discursos Oficiais do Presidente Bush (do 11 de setembro até a Invasão do Iraque em 20 de março de 2003)

Resende (2011: 32) afirma que para construir inimigos e legitimar suas ações, os Estados Unidos articularam os discursos através da Americanidade. Através da co-constituição de interesses e identidade, Bush com seus discursos conseguiu criar uma nova realidade, uma guerra e reafirma a predestinação americana. Ressalta-se ainda que “A Análise do Discurso nos permite mapear enunciados, identificar suas regularidades e aponta a ideologia que dá origem às que regem a formação discursiva” (2011: 38). Esse conjunto de afirmações fortalece a credibilidade que uma ideologia, tal como o Destino Manifesto, encontrada na identidade norte-americana, que é “naturalmente” utilizada pelo governo nos discursos.

Wallerstein (2004: 9-22) afirma que o 11 de setembro para os EUA não foi determinante para gerar o declínio da potência. O autor aponta o começo do problema; e diz que os Estados Unidos são um país que está em crise desde 1970, sendo que a mídia tenta tampar o “pouso forçado dos falcões”. Logo, compreende-se que os Discursos Oficiais de Bush, não só queriam resgatar a americanidade e construir uma guerra, como também queriam tampar este tal declínio. Este é um ponto que não foi tão apurado nesta pesquisa, mas é importante ressaltá-lo.

Antes de começar a análise dos discursos, foi preciso entender a importância da linguagem na Teoria Construtivista e como os principais autores pensam essa teoria, em relação a essa especificidade: os discursos. Observou-se que o construtivismo não tinha todos os instrumentos necessários para fazer uma significativa análise. Então, optou-se por buscar as teorias que estudam a linguagem.

Foi encontrada essa “ferramenta ideal” na Análise de Discurso da Escola Francesa, e sob AD de Pêcheux.

É a partir deste pensamento que será realizada a análise da ideologia do Destino Manifesto nos Discursos oficiais do Presidente Bush. A intenção é identificar por essas ferramentas de Pêcheux, os pontos de Destino Manifesto nos discursos que reafirmam o papel dos EUA no mundo e na sua própria sociedade.

Pela formação da ideologia durante a história da política externa dos EUA e continuidade dela, dão-se condições para a produção dos Discursos pautados na crença da predestinação.

Falar de discurso é falar em condições de produção e, em relação a essas condições gostaríamos de destacar que, como o exposto por Pêcheux (1979), são formações imaginárias, e nessas formações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação do sentido (o coro de vozes, a intertextualidade, a relação que existe ente um discurso e outros) a antecipação (a maneira como o locutor representa as representações do seu interlocutor e vice-versa) (ORLANDI, 2003: 158).

Ao analisar o conjunto de discursos, percebeu-se a relação autoritária entre o locutor e seu receptor, relação na qual o sentido é dado ao discurso pela fragilidade do momento e por possuir o Destino Manifesto que é uma ideologia fundamental na identidade norte-americana. E esta formação imaginária é possível de ser identificadas ao longo da política externa norte-americana, como foi observado no primeiro capítulo, assim reafirmando o seu papel de “farol do mundo”.

A tipologia dos Discursos Oficiais do Presidente Bush durante o período selecionado já supracitado, é de Modelo Autoritário. A definição deste tipo de Discurso deve-se a que “no autoritário a relação com a referência é exclusivamente determinada pelo locutor: a verdade é imposta” (ORLANDI, 2003: 155). O discurso autoritário tende ao processo de paráfrase e à diminuição da polissemia, pois percebe a repetição de ideias e sentenças, e a mensagem é afirmada claramente.

Para a Análise de Discurso foi realizada uma pesquisa nos arquivos da Casa Branca, e foram selecionados sete discursos dentro do período de 11 de setembro de 2001 até o discurso que precede a Invasão do Iraque no dia 19 de março de 2003. Esses foram escolhidos pela quantidade de significações do Destino Manifesto e pela importância para a política externa norte-americana.

Os discursos selecionados para a análise foram: o *Statement by the President in his adress to the nation* no dia 11 de setembro 2001, *Guard and Reserves “Define Spirit of America”* no dia 17 de setembro de 2001, *Address to a Joint Session of Congress and the American People* em 20 de setembro de 2001, *Presidential Adress to the Nation* em 7 de outubro de 2001, *President Delivers State of the Union Adress* em 29 de janeiro de 2002, *Remarks by the President in Adress to the Nation* em 01 de junho de 2002, *President Bush Addresses the Nation* em 19 de março de 2003.

Segundo Orlandi, para haver condições de significação é necessário levar em conta:

O contexto sócio-cultural enquanto capaz de refletir o movimento linguístico e discursivo; a relação do implícito e do explícito; a relação de forças; a relação de sentidos, a antecipação, a relação do texto com os textos possíveis naquele contexto; a relação de dominância de um sentido sobre os outros possíveis (2003: 173).

A procura por significações dentro dos discursos ocorreu em ordem cronológica sob o impacto dos eventos do 11 de setembro. Depois de analisadas essas significações, foi perceptível uma sucessão do uso do Destino Manifesto nos Discursos oficiais. A metodologia utilizada da AD francesa foi a de procurar significações dentro dos discursos supracitados.

O discurso intitulado de *Statement by the President in his adress to the nation*, no dia 11 de setembro 2001 e o discurso *Guard and Reserves “Define Spirit of America”* no dia 17 de setembro de 2001 têm a capacidade de preparar terreno para a legitimidade da Guerra ao terror, por meio de afirmações de predestinação. O Presidente George W. Bush iniciou o discurso informando sobre o acontecimento do dia. Já no primeiro parágrafo é percebido o forte apelo ao nacionalismo e a acusação ao “mal”, de ter atacado o território com atos sórdidos. Logo abaixo, se verifica esses apontamentos.

THE PRESIDENT: Good evening. Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts. The victims were in airplanes, or in their offices; secretaries, businessmen and womem, military and federal workers; moms and dads, friends and neighbors. Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror. (BUSH, 2001)

Além dessa análise inicial, foram encontradas “significações” do Destino Manifesto nesse mesmo discurso, como “we’re the brigthest beacon for freedom”,

“our mission”, “God grant us Wisdom”, “God bless us”. Reafirmando a tese da necessidade de reafirmar o papel dos EUA. Em contraposição temos as expressões “evil”, “evil-doers”, “acts of terror”, “people who hate freedom” e “enemies of freedom”, como forma de demonstrar que o “outro” era inimigo da liberdade e da paz, e que estava atacando um país que tem a sua missão salvadora. Messari aborda que:

A construção da identidade nacional através da política externa e do relacionamento com o outro se faz de duas maneiras: pela assimilação do outro ou por sua rejeição (2001). Em suma, este enfoque alternativo para analisar a política externa afirma a necessidade de existirem “outros” que sejam assimiláveis e “outros” que sejam rejeitáveis para se construir a identidade nacional. Decorre disto a necessidade de um adversário/inimigo na política externa americana para substituir a URSS depois do fim da guerra fria (2010: 137).

Ao identificar o outro como inimigo, o discurso prepara terreno para lançar a Guerra ao Terror, fazendo com que esta seja aceita de forma legítima. No discurso *Address to a Joint Session of Congress and the American People* em 20 de setembro de 2001, é usada pela primeira vez a expressão “War on terror”, através desta significação é declarada a Doutrina Bush, sendo a “cruzada contra o terror” o seu objetivo central. Além disso, durante todo esse discurso há um apelo religioso pedindo para que todos rezem pelos Estados Unidos, colocando para isso significantes como “God Bless America”, “our mission”, e a luta contra o mal e o inimigo. Nesse discurso responsabilizam a Al-Qaeda pelos atos terrorista e a identifica como uma propagação do extremismo islâmico. Bush ainda ressalta que os terroristas tem comando para matar cristãos e judeus. Expondo a luta do “mal” contra o “bem”. Verifique abaixo um trecho que expõe essas colocações.

Al Qaeda is to terror what the mafia is to crime. But its goal is not making Money; its goal is remaking the world – and imposing its radical beliefs on people everywhere. The terrorist practice a fringe form of Islamic extremism that has been rejected by Muslim scholars and the vast majority of Muslim clerics – a fringe movement that perverts the peaceful teachings of Islam. The terrorist directive commands them to kill Christians and Jews, to Kill all Americans, and make no distinction among military and civilians, including women and children (BUSH, 2001).

Reafirmam nesse segundo discurso que os terroristas são seres “pervertidos” e que na hora de matar não fazem diferença entre militares e civis, até mesmo matando crianças e mulheres.

No dia 7 de outubro de 2001 é dada a largada às ações militares no Afeganistão. No discurso *Presidential Address to the Nation*, Bush deixou claro que o objetivo desta invasão era de encontrar Osama Bin Laden, destruir a Al-Quaeda e retirar o poder das mãos do Talibã. No Trecho a seguir pode-se identificar essas afirmações: “On my orders, the United States military has begun strikes against al Qaeda terrorist training camps and military installations of the Taliban regime in Afghanistan”(BUSH, 2001).

Além disso, é entendido que esse discurso tem o objetivo de mostrar que a Invasão no Afeganistão não era só de defender a liberdade americana, mas de todos os povos do mundo. Mais uma vez, é reafirmada a predestinação dos Estados Unidos, como nação com o dever de levar aos povos a liberdade e a democracia.

No discurso *President Delivers State of the Union Address* em 29 de janeiro de 2002 é encontrada pela primeira vez a expressão “axis of evil”, agora expandindo a Guerra ao Terror não só para aqueles que provocaram o 11 de setembro, mas também para os que forneceria riscos para a sociedade, tais como Irã, Iraque e Coreia do Norte. Em outro momento deste discurso é mostrado por meio da expressão “God is near” a crença da predestinação, que Deus está junto com os Estados Unidos para lutar contra o opressor. É perceptível o uso cíclico de significantes de Destino Manifesto, este necessário para reafirmar o papel dos Estados Unidos e mostrar para o mundo que os EUA são o exemplo a ser seguido. No trecho a seguir nota-se mais outra vez a predestinação americana:

Our war on terror is well begun, but it is only begun. This campaign may not be finished on our watch – yet it must be and it will be waged on our watch. We can't stop short. If we stop now – leaving terror camps intact and terror states unchecked – our sense of security would be false and temporary. History has called American and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight (BUSH, 2002).

No discurso intitulado de *Remarks by the President in Address to the Nation* em 01 de junho de 2002, o Presidente Bush informa sobre o andamento da Guerra ao Terror, sobre a criação de uma nova agência (Department of homeland security). Essa tem caráter específico de prevenir os atos terroristas dentro do território norte-

americano. Mesmo voltando a atenção para o andamento das ações militares no Afeganistão e à criação da nova agência, Bush não deixa de reafirmar, como das outras vezes, a predestinação norte americana por meio destes trechos: “This great country will lead the world to safety, security, peace and freedom”.

O último discurso é intitulado President Bush Addresses the Nation em 19 de março de 2003. Este antecede a Invasão do Iraque no dia 20 de março de 2003. Esse discurso tem grande relação com aquele citado primeiramente na luta contra o Eixo do Mal, sendo o ponto que preparou terreno para conceber a ação militar no Iraque. Fica estabelecido que a luta seria contra os países que ofereciam riscos à segurança internacional, e que um dos que pertenciam a esse eixo era o Iraque. Logo abaixo um trecho que retrata que a Guerra ao Terror (o perigo) era algo temporário e que os EUA iriam trazer a liberdade novamente ao mundo.

My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail. May God bless our country and all who defend her (BUSH, 2003).

O argumento no discurso pré-Invasão do Iraque possibilitou pregar sobre a luta e dever dos EUA com a sua sociedade e com o mundo. Como se este ato militar fosse um dever dos EUA, de fazer a intervenção em nome da paz, da liberdade e da democracia. Essa visão está expressa em diversos momentos nesse discurso, tal como em “defend the world from grave danger”, ou em “We will bring freedom to others and we will prevail”, e sempre pregando que Deus abençoasse a nação e todos aqueles que a defendem.

Assim, conclui-se que as significações de Destino Manifesto foram encontradas nos Discursos Oficiais. Tanto no primeiro discurso como no último, podem ser encontradas expressões que remetem ao dever dos Estados Unidos em levar a paz e liberdade para o mundo e defendê-lo do “mal”.

Esta análise de discurso teve mais caráter qualitativo do que quantitativo, pois o objetivo foi identificar o uso do Destino Manifesto nos Discursos, como forma dos EUA reafirmarem o papel deles diante da sua sociedade civil e do mundo. Mas é interessante o levantamento quantitativo que Luisa Mateo apresenta em sua tese:

Se em 2001, no período que precede os ataques às Torres Gêmeas, o termo “*evil*” tinha sido mencionado apenas duas vezes, de 11 de setembro a março de 2002 (seis meses após os atentados), ele foi mencionado 199 vezes em discursos oficiais de política externa. Somente na semana que se seguiu aos ataques, houve 18 menções ao termo. (BLACK, 2004, p.11) O exemplo permite dimensionar como a retórica da “guerra ao terror” se firmou sobre a polarização “bem versus mal” (MATEO, 2011: 84).

Neste estudo realizado por Mateo, também foi perceptível o uso do termo “Mal” nos sete discursos analisados acima. Como ela observa, a retórica de “Nós” e o “inimigo” fica claramente exposta ao longo da Análise de discurso, e fica visível entender o porque do uso desta dicotomia de forma repetitiva, com o intuito de legitimar a luta contra o “mal” e colocar os EUA como os salvadores do mundo.

O olhar pela escola francesa possibilitou enxergar que as significações dos Discursos Oficiais do Presidente Bush foram construídas por meio da ideologia da predestinação. Conclui-se que o processo de construção dessas significações dentro dos discursos possibilitou reafirmar o papel de predestinação norte-americana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de compreender o nascimento do Destino Manifesto e os fatos que ocorreram do 11 de setembro e a retaliação exposta como Guerra ao Terror, foram essenciais para entender o uso do Destino Manifesto nos discursos. Conclui-se que o principal papel do Destino Manifesto foi de reafirmar o papel dos Estados Unidos, como nação que leva liberdade e democracia para o mundo, que luta contra o inimigo, que protege os seus cidadãos.

Os discursos oficiais do Presidente Bush, além de reafirma o papel da nação norte-americana, também foram usados para justificar ao mundo e aos cidadãos norte-americanos a necessidade da Guerra ao Terror. Através dos discursos foram apontadas inúmeras vezes: quem era o inimigo e quem era o lado do “bem”, com esse pensamento possibilitou-se construir uma nova realidade.

Depois de realizado o levantamento histórico do Destino Manifesto, os fatos mostraram que a ideologia da predestinação sempre esteve presente nos discursos da política externa norte-americana. Por muitas vezes, o Destino Manifesto foi utilizado nos discursos oficiais como forma de legitimar suas ações, com a justificativa de ter o dever de espalhar seus valores “democráticos e de liberdade” para os outros povos.

O Destino Manifesto foi encontrado nos 7 discursos analisados, e foi perceptível que estes causaram uma maior materialização da ideologia através da linguística. Essa materialização ocorreu por meio de palavras que definem o “eixo do mal”, o “inimigo”, ou até mesmo expressões que criam flutuantes capazes de gerar uma ideia de Estados Unidos do “bem” “vítima” e “abençoados por Deus”.

Com os ataques de 11 de setembro, fica subentendido que a “nação inviolável” não era tão abençoada. Lembrando que o Destino Manifesto é a base de muitas doutrinas e ações de política externa e desde o século XVIII, houve a necessidade do governo procurar uma escapatória. Bush conseguiu com seu discurso nacionalista, aumentar o seu nível de popularidade e esse fato também é importante para perceber a força dos discursos.

Ao analisar o primeiro discurso e o último discurso, se observa que o “Resgatar a americanidade” foi algo progressivo, as significações cada vez mais ficaram acentuadas e “calentosas”. Mas, processos como esse, de acordo com a

teoria construtivista só foi possível pela construção histórica. E essa construção é perceptível ao longo do capítulo 1, os momentos que o Destino Manifesto se acerba em determinadas situações, como no caso da Doutrina Monroe e Truman.

O Destino Manifesto aparece não só em discursos, mas como na simbologia da moeda, nos documentos e na própria lógica do capitalismo, como já foi citado, Weber (2009) ressalta sobre a predestinação daqueles que seguissem os mandamentos de Deus, iriam ser cada vez mais abençoados, de acordo com a ética protestante. Curiosamente, a prosperidade americana casou com a sua própria crença, por isso também a predestinação não perde validade para o povo americano.

O construtivismo serviu para indicar caminhos desta pesquisa. Pois, esse projeto foi iniciado ao se tentar entender a fundação calvinista e a crença protestante, e como esta foi permeada pelas estruturas do Estado. A teoria construtivista também dá valor a linguagem, isso permitiu que destaca-se a importância dos discursos oficiais para a construção de uma realidade. Optou-se pela Análise de Discurso de Pêcheux, por essa teve a ferramenta ideal para o entendimento do Destino Manifesto nos discursos, que foi por meio de encontrar significações que fossem capazes de resgatar a americanidade e conceber uma nova política externa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. Bush. Statement by the President in his Address to the Nation. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. Guard and Reserves “Define spirit of America”. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010917-3.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. Address to a Joint Session of Congress and the American People. In: ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010920-8.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. Presidential Address to the Nation. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/10/20011007-8.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. Presidential Delivers state of the Union Address. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. BUSH. Remarks by the President in Address to the Nation. In: <http://georgewbush->

whitehouse.archives.gov/news/releases/2002/06/20020606-8.html (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

ESTADOS UNIDOS, Presidente George W. Bush. President Bush Adresses the Nation. In: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030319-17.html> (Acessado em 15 de janeiro de 2013).

THE AVALON PROJECT. President Woodrow Wilson's Fourteen Points. In: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/wilson14.asp (Acessado em 12 de março de 2013).

THE AVALON PROJECT. Mayflower Compact. In: http://avalon.law.yale.edu/17th_century/mayflower.asp (Acessado em 10 de janeiro de 2013).

THE AVALON PROJECT. Monroe Doctrine; December 2 1823. In: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/monroe.asp (Acessado em 12 de janeiro de 2013)

THE AVALON PROJECT. Constituion of United States, 1787. In: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/preamble.asp (Acessado em 10 de março de 2013).

THE AVALON PROJECT. Virginia Declaration of Rights. In: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/virginia.asp (Acessado em 10 de março de 2013).

THE AVALON PROJECT. Declaration of Independence, July 4, 1776 In: http://avalon.law.yale.edu/18th_century/declare.asp (Acessado em 12 de março de 2013).

Livros

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo – 2. Ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

BRANDAO, Helena Hathsue Nagamine. Introducao a analise do discurso. 2. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2005. 122p

DINIZ, Eugenio ; RESENDE, Erica Simone Almeida ; PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos no mundo atual. Curitiba: Jurua, 2010.

JACKSON, ROBERT; SORENSEN, GEORG. Introducao as relacoes internacionais : teoria e abordagens. . Rio de Janeiro : Zahar, 2007.

KARNAL, LEANDRO. Historia dos Estados Unidos: das origens ao seculo XXI. 2. ed. Sao Paulo: Contexto, 2009.

KISSINGER, HENRY. Diplomacia. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2007.

KURKI, Milja; DUNNE, Tim; SMITH, Steve. International relations theories : discipline and diversity. 2. ed. Oxford : Oxford University Press, 2010.

OLIVEIROS, S. Ferreira. Segurança, Comércio e Ideologia - in Samuel Pinheiro Guimarães (org), Estados Unidos, visões brasileiras, CAPES, IBRI, Brasília, 2000

ORLANDI, Eni Puccinelli. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1942.

PECEQUILO, CRISTINA SOREANU. A politica externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudanca? Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

SARFATI, Gilberto. Teorias de Relações Internacionais. São Paulo: Editora Saraiva, 2006,

WALLERSTEIN, IMMANUEL . O declinio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caotico. . Rio de Janeiro: Contraponto, 2004,

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo – 4 ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

WENDT, Alexander. Social theory of international politics. Cambridge : Cambridge University Press, 2012.

II Conferencia Nacional de Política Externa e Política Internacional - O Brasil no mundo que vem ai: Estados Unidos : presente e desafios. . Brasília: FUNAG, 2008. 247p

Artigos

GUIMARÃES. Celso. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000300005&script=sci_arttext (Acessado em 12 janeiro de 2013).

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho; ROSA William Torres Laureano. Excepcionalismo americano e as violações de direitos humanos no pós-11 de setembro. In: <http://cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/view/27/6> (Acessado em 05 de março de 2013).

MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de segurança internacional. In: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/clacso/gt/20101030023920/8messari.pdf.ori> (Acessado em 10 de fevereiro de 2013).

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it. In: http://labmundo.org/disciplinas/WENDT_anarchy_is_what_states_make_of_it.pdf

Teses

RESENDE, Erica Simone Almeida. As condições de possibilidade da Guerra ao Terror: Americanidade e puritanismo nas práticas discursivas da política externa norte-americana no pós – onze de setembro. In: <http://sumario->

periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/view/1823 (Acessado em: 15/08/2012)

Dissertações

RAMOS, André Luiz Araújo Ramos; MIRANDA, Augusto Ridson de Araújo. Religião Civil, Destino Manifesto e Política Expansionista Estadunidense. In: www.amerindia.ufc.br/Anteriores/Vol04/vol04_17.pdf (Acessado em: 20/08/2012)

BALBINO, Michelle Matias. Monografia: A influência protestante na formação dos EUA e sua política exterior: da fundação ao destino manifesto. Centro Universitário de Belo Horizonte. Nov.2010. In: http://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/michelle-balbino-a-influc3aancia-protestante-na-formac3a7c3a3o-dos-eua-e-sua-polc3adtica-exterior_-da-fundac3a7c3a3o-ao-destino-manifesto.pdf. (Acessado em 20 de agosto de 2012).

CAMARGO, Faria Julia. 2008. *Ecos do Frigor: a invasão do Iraque em 2003 – A Mídia Internacional e a Imprensa Brasileira*. Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais, Universidade de Brasília. In: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/1307/1/DISSERTACAO_2008_JuliaFariaCamargo.pdf (Acessado em 10 de agosto de 2012)

MATEO, Rodrigues Luiza. Deus abençoe a América: religião, política e relações internacionais dos Estados Unidos. In: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bri/33004110044P0/2011/mateo_lr_me_ma_r.pdf (Acessado em 20 de agosto de 2012).

Sites

HUNT, Jhon. Voyage of the Mayflower. In: http://www.americanthinker.com/2009/09/voyage_of_the_mayflower_1.html (Acessado em 21 de setembro de 2012)

ANEXO – 1



“Mapa referente ao Expansionismo Territorial norte-americano no século XIX”.

In: <http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2011/09/formacao-e-expansao-territorial-dos.html> (Acessado em 28 de março de 2013)